


## Uma discussão célebre: o início da reflexão sobre a melhor forma de governo

### A famous discussion: the beginning of thinking about the best form of government

Recebido: 04/01/2022 | Aceito: 16/05/2022 | Publicado: 09/05/2022

#### Gustavo Javier Castro Silva<sup>1</sup>


 <https://orcid.org/0000-0002-7639-0514>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1091127369557989>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: [gustavo@institutoprocessus.com.br](mailto:gustavo@institutoprocessus.com.br)

#### Alejandro Gabriel Olivieri<sup>2</sup>


 <https://orcid.org/0000-0003-1068-8614>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1921746316087755>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: [aleoli61@gmail.com](mailto:aleoli61@gmail.com)

#### Lourivânia de Lacerda Castro<sup>3</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-1331-563X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2753561242350807>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: [lourivania.lacerda@institutoprocessus.com.br](mailto:lourivania.lacerda@institutoprocessus.com.br)

### Resumo

O artigo tem como objetivo analisar os diversos argumentos sobre a melhor forma de governo desenvolvidos por Heródoto no seu livro *História*. O historiador grego recria uma “discussão célebre” que teria acontecido na Pérsia entre três participantes: Otanes, Megavises e Dário, cada um dos quais defende uma determinada forma de governo como a melhor ao mesmo tempo que faz uma crítica às formas de governo defendidas pelos outros participantes do debate. Por último, apresenta-se a classificação das formas de governo na filosofia política clássica.

**Palavras-chave:** Poder; Formas de Governo; Classificação das formas de governo.

### Abstract:

*The article aims to analyze the various arguments about the best form of government developed by Herodotus in his book History. The Greek historian recreates a “celebrated discussion” that is said to have taken place in Persia between three participants: Othanes, Megavises and Darius, each of whom defends a certain form*

---

<sup>1</sup> Graduado em Filosofia – Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso (1987), Mestre em Ciência Política pela Pontifícia Universidad Católica de Chile (1991), Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1993) e Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (2008). Professor de Ciência Política e Teoria Geral do Estado no Centro Universitário Processus – UniProcessus.

<sup>2</sup> Graduado em Filosofia pela Universidad Nacional de Buenos Aires (UBA), Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Doutor em Sociologia (área de concentração em sociologia ambiental e ecologia política) pela Universidade de Brasília (UnB).

<sup>3</sup> Advogada, Mestre em Direito Público, especialista em direito previdenciário, professora de Introdução ao Estudo do Direito e Direito Administrativo no Centro Universitário Processus - UniProcessus.

*of government as the best while making a critique of the forms of government defended by the other participants in the debate. Finally, the classification of the forms of government in classical political philosophy is presented.*

**Keywords:** *Power; Forms of government; Classification of the forms of government.*

## 1. Introdução

Neste artigo analisaremos o texto do capítulo primeiro do livro *A Teoria das Formas de Governo*, de autoria do filósofo e jurista italiano Norberto Bobbio (2000), que tem como título “Uma Discussão Célebre”. Neste capítulo Bobbio traz para nós uma pequena passagem que é retirada de uma obra muito importante para a história do pensamento ocidental, um livro chamado *História*. Este livro chegou para nós na sua integridade e ele foi escrito por um historiador grego chamado Heródoto (2006).<sup>4</sup>

Como se sabe, o século V a.C. é muito importante porque marca o fato de a filosofia sair das costas da Ásia Menor, o que hoje seria a Turquia, e chegar a Atenas, isto é a Grécia Continental. Lembremos que quando estamos dizendo filosofia estamos simplesmente entendendo uma nova forma de dar resposta as perguntas sobre o mundo, sobre a natureza, sobre a sociedade e sobre os homens. Antes do surgimento da filosofia no século VI a.C. os homens respondiam estes questionamentos via mitos de origem, via a mitologia, via os deuses. A partir deste século, junto com os filósofos pré-socráticos, surge esta nova atitude de dar uma resposta estritamente *racional* aos questionamentos. É este fato que inaugura o que nós entendemos ser a nossa história enquanto civilização. O livro de Heródoto precisamente tem o nome de *História*. Por isso ele é considerado o primeiro dos pensadores que podem ser classificados como historiadores. Heródoto teria sido o primeiro deles.

Em uma passagem do livro Heródoto trata sobre os persas. Por que ele faz menção aos persas? Os persas eram os arqui-inimigos dos gregos, existindo inúmeros conflitos entre estes dois povos. Para os gregos todos os outros povos, todos aqueles que não compartilhavam da cultura grega, eram não civilizados. Então Heródoto nos traz uma passagem que teria ocorrido entre três homens da elite persa: Otanes, Megavises e Dário, os quais discutem a questão que se tornou a pergunta fundamental da teoria política clássica. Quando falamos sobre teoria política clássica estamos nos referindo basicamente ao período compreendido entre o século VI a.C. e o século V d.C. No fundo, trata-se do período da *cultura greco-romana*: o período da filosofia política antiga e da teoria política clássica.

## 2. Apresentação da “Discussão Célebre” sobre as formas de governo

Heródoto nos traz esta discussão que coloca a questão fundamental da teoria política clássica, isto é, *qual é a melhor forma de governo?* Quando tentamos encontrar alguma noção do que seja a política, quando refletimos sobre qual é o objeto da política, chegamos à conclusão que a política tem como objeto de estudo o fenômeno do poder, especificamente, das relações de poder. Então o que que é uma

---

<sup>4</sup> Heródoto teria nascido no 485 a.C. e sua morte teria ocorrido no ano de 425 a.C., então um homem que viveu sessenta anos e, ainda, um homem do século V a.C.

forma de governo? Basicamente trata-se de como se *ordena* o poder, isto é, a quem de fato pertence o poder dentro da sociedade. Todas as formas de governo resultam a partir deste entendimento das relações de poder. Veremos esta questão com mais atenção no final do artigo quando colocaremos atenção na classificação das formas de governo que irá perdurar por vários séculos. Esta classificação das formas de governo foi feita por Políbio, um grego compilador do pensamento político de Platão e de Aristóteles, lá pelo século II a.C. Vamos analisar posteriormente a nomenclatura desta classificação, descendo na origem etimológica destes conceitos que denominam as diferentes formas de governo.

Voltando ao texto da discussão célebre, como dito anteriormente, a pergunta fundamental que gira em torno desse diálogo entre Otanes, Megabises e Dário é *qual a melhor forma de governar*. Esta pergunta parece ser uma pergunta óbvia, muito clara, transparente, mas no fundo se sustenta na aceitação de algumas crenças, de alguns dogmas.

Esta pergunta se funda em algumas verdades, e a verdade fundamental é que se torna essencial saber qual é a melhor forma de governo porque, instaurando esta forma de governo na sociedade, permitirá que nossa sociedade se aperfeiçoe e se desenvolva. Isto é, o pressuposto é a crença de que a *lei pode transformar a sociedade*. Por que estamos falando da lei? Porque, quem determina, quem diz, quem expressa qual é a forma de governo que vige legitimamente numa determinada sociedade é a sua Constituição, seja ela escrita ou não. Isto é o que faz qualquer Constituição de qualquer lugar do mundo. Qualquer Constituição, de qualquer lugar ou época, por maior ou menor que esta seja, sempre começa dizendo a quem pertence o poder dentro da sociedade. Isto é, determinando a forma de governo. Então, a forma de governo se expressa via Constituição. E o que é uma constituição a não ser a *lei mor*? A Constituição é o guarda-chuva maior sob o qual todas as outras leis ficam subordinadas.

Então, o pressuposto da pergunta de qual é a melhor forma de governo consiste em que posso instaurar esta forma de governo via constituição, via lei. Isto quer dizer que se considera legítimo que a lei permite transformar a sociedade. Veremos que isto que pode parecer tão claro, tão simples, não é tão simples assim. Inclusive este ponto é uma das grandes reviravoltas que um pensador francês da primeira metade do século XVIII, Montesquieu, fundamental na filosofia política, vai trazer para nós no seu famoso livro *Do Espírito das Leis* (1997). Nesse livro justamente quando ele trabalha a questão da origem das leis, Montesquieu elabora uma tese que termina sendo contraditória com a tese da filosofia política clássica: *é a sociedade que determina as leis e não ao contrário*.

Pois bem, o que tinha ocorrido na Pérsia? O diálogo em questão teria ocorrido, segundo Heródoto, no século VI a.C. Obviamente que fica em suspense o acontecimento de tal discussão ter acontecido de fato, mas isto não tira o mérito desta passagem do historiador grego. Com certeza é um diálogo que pode surpreender a muitos dos seus compatriotas, segundo Heródoto. Mas, por que que surpreender? No sentido da complexidade da discussão. Como esses bárbaros persas podem, um século antes, estar discutindo esta questão?

Na Pérsia, nos recorda Heródoto, existe nesse momento uma situação de anarquia. “Anarquia” refere a uma situação em que não há um governo. Então é um vazio de poder. E é claro que a pior situação para qualquer sociedade é justamente

uma situação de anarquia. E por que que isso tinha ocorrido? Porque na Pérsia tinha sido destituído o tirano Cambises, justamente pelo exercício arbitrário, violento e injusto do seu governo. O tirano Cambises tinha sido retirado do poder por um grupo da oligarquia persas denominados os Magos. No entanto, rivalidades intestinas entre os Magos fará com que este governo também não funcione. Por esse motivo, a Pérsia encontra-se numa situação da anarquia quando acontece o diálogo entre Otanes, Megabises e Dário.

Como dito acima, realmente não tem importância o fato desse diálogo ter existido verdadeiramente ou não, ou se foram ditas exatamente essas palavras reproduzidas por Heródoto. Porque ainda que tenha saído tudo esse diálogo da imaginação do historiador grego, o fundamental é a questão conceitual que ele nos legou. No fundo, Heródoto está trazendo para a posteridade uma das mais fundamentais discussões na teoria política clássica.

Vamos lembrar que Heródoto viveu em Atenas no século V a.C. Nesse século Atenas chega ao seu apogeu, sobretudo com o grande estadista Péricles e a constituição de Sólon. É o século da democracia, o século em que Atena chega a seu maior esplendor cultural, econômico, político e militar. A partir do século V a.C. inicia-se a decadência da cidade (polis).

Voltando ao nosso diálogo, observamos que cada um dos participantes irá defender um tipo de forma de governo e vai atacar outros. Otanes defende a democracia, Megabises a aristocracia e Dário defenderá a monarquia. A leitura deste breve texto de Heródoto nos surpreende, porque faz pensar na quantidade de séculos que nos separam do mesmo (vinte e seis séculos), mas, ainda assim, parece ter sido escrito ontem.

Faremos alguns questionamentos ao diálogo apresentado por Heródoto na sua História. Em primeiro lugar, quais são os argumentos elaborados por Otanes para criticar à monarquia e à aristocracia? Em segundo lugar, quais são os argumentos de Otanes para defender a democracia? Uma terceira questão, quais são os argumentos utilizados por Megabises para criticar à monarquia e à democracia? Em quarto lugar, quais são os argumentos utilizados por Megabises para defender a aristocracia?

Quinto lugar, quais são os argumentos de Dário para criticar a aristocracia e a democracia e, por último, em sexto lugar, quais são os argumentos de Dário para defender a monarquia?

### **3. Os argumentos de Otanes sobre as formas de governo**

Em primeiro lugar, vamos tratar da crítica de Otanes. Otanes não faz rigorosamente uma crítica à aristocracia. Claro que observamos um comentário negativo sobre o governo dos Magos, mas não faz nenhuma crítica específica ao governo aristocrático. O que encontramos basicamente no texto é uma crítica à monarquia. Otanes propôs entregar o poder ao povo persa, criticando a Monarquia, argumentando assim:

Sou de parecer que não se deve, de agora em diante, confiar a administração do Estado a um único homem, pois o governo monárquico não é nem suave nem bom. Vistes o grau de insolência a que chegou Cambises, e acabastes de experimentar a autoridade do mago. Como, pois, poderá ser a monarquia uma boa forma de governo, se o monarca faz o que quer, sem prestar conta dos seus atos? O homem mais virtuoso, elevado a essa alta dignidade perderá logo todos os seus bons predicados. A inveja é inata nos homens, e as regalias desfrutadas com um monarca levam-no à insolência. Ora, quem possui esses dois vícios adquire todos os outros, e comete uma infinidade de crimes, ora por excesso de orgulho, ora por inveja. Um tirano devia ser um homem exemplar, já que goza de toda espécie de regalias; mas é o contrário que se verifica, e seus súditos sabem-no muito bem por experiência. O tirano odeia as pessoas honestas e parece deplorar que elas ainda existam. Somente com os maus se sente bem. Presta facilmente ouvido à calúnia e acolhe bem os delatores; e o que é mais engraçado, se o louvamos com moderação, ofende-se; se o louvamos com efusão, ofende-se do mesmo modo, atribuindo esse gesto a interesses mesquinhos. Finalmente, temos o mais terrível dos inconvenientes: infringe as leis da pátria, comete violências contra as mulheres e manda matar quem muito bem lhe pareça, sem processo ou qualquer outra formalidade (HERÓDOTO, 2006, 266).

Um Monarca como Cambises é um prepotente. Otanes caracteriza o governo monárquico como prepotente e explica o motivo pelo qual todo monarca sempre será prepotente. Porque ele pode fazer o que ele bem entender e porque não existe nenhuma instância acima dele ante a qual ele possa vir a ser responsabilizado. Lembrando que “monarquia” significa *o governo de um*. Otanes afirma que conferindo tal poder *a monarquia afasta de seu caminho normal até o melhor dos homens*. Olha isso. A monarquia afasta do seu caminho normal, até mesmo o melhor dos homens. Esta frase é muito importante. De aqui a pouco voltaremos sobre este ponto.

A posse de grandes riquezas gera no monarca a prepotência e a inveja, partes constituintes da condição humana. O monarca é prepotente devido a que ele tem grandes posses, mas, curiosamente, Otanes também nos diz que o monarca, além de ser prepotente ele sempre será invejoso. Mas, como pode ser invejoso se ele possui tudo o que quiser?

Justamente porque ele possui tudo, precisamente porque ele tem direito a tudo, precisamente porque o monarca tem todo poder e pode pegar de qualquer um o que ele quiser e quando ele quiser, precisamente por isso, ele não aceita que os outros tenham alguma coisa. E quando isso ocorre, a primeira tendência do monarca, que tem todo o poder, é tirar desse outro aquilo que ele tem. Por isso a inveja é da natureza do monarca.

A prepotência leva as piores atitudes. Somando a inveja e a prepotência, o Monarca cometerá os atos mais reprováveis. Em alguns casos devido à prepotência e em outros à inveja. Poderia parecer razoável que o Monarca esteja despido de inveja, dado que possui tudo. Porém, do modo como o Monarca trata os súditos demonstra bem o contrário. Ele tem inveja dos poucos bons que permanecem e aceita os piores.

O que há de mais vergonhoso é que o Monarca não fica satisfeito com aquele que faz homenagens comedidamente, pois não acredita ter sido bastante venerado. E se alguém o venerar em excesso sente raiva porque acredita estar ante atitudes interesseiras. Porém, termina dizendo Otanes, o mais grave é que o Monarca subverte

a autoridade dos pais, viola as mulheres e mata os cidadãos ao sabor dos seus caprichos.

Qual é a questão de essencial então? Qual o grave problema do governo monárquico? O que torna perigoso entregar o poder a um homem só? Qual é a crítica de fundo que Otanes faz? Poderíamos imaginar escolher como Monarca um homem sábio, justo, equânime, bondoso, compassivo etc. Vamos escolher um homem bom. Pensemos num indivíduo emblemático, por exemplo, somente para refletir, vamos escolher como nosso Monarca o Papa Francisco. Independentemente da religião de cada um, ninguém pode pensar que o Papa Francisco iria torturar, violentar mulheres, roubar, tirar de outros aquilo que não lhe pertence. Pelo contrário, ele irá cuidar muito bem de todos nós. Por que não tornar o Papa Francisco nosso Monarca então?

O que responde Otanes a essas nossas alegações de tornar o Monarca um homem excepcional? Que a monarquia afasta de seu caminho normal até mesmo o melhor dos homens. Neste ponto Heródoto traz um dos temas mais importantes da filosofia política, mas não apenas da teoria política, já que também é um tema que percorre toda a nossa cultura, inclusive da literatura universal, quer dizer, essa literatura que justamente vai tratar da natureza humana e, por isso mesmo, permeia séculos e permeia lugares e culturas. Por isso mesmo universal. Estamos nos referindo ao tema da *relação entre natureza humana, por um lado, e poder, por outro*.

O argumento fundamental de Otanes contra a Monarquia é que o poder corrompe até o melhor dos homens, muito mais cedo do que tarde. Os homens não ficam impunes ante o poder. O sindicalista Lula será a mesma pessoa que o presidente Lula depois de ter exercido oito anos o poder político? Fernando Henrique Cardoso, depois de ser Presidente da República Federativa do Brasil por oito anos é a mesma pessoa que o sociólogo dependentista da Cepal? Parece que ninguém fica imune ao poder. Lembremos desta frase da sabedoria popular: se você quer conhecer uma pessoa entregue um pouco de poder pra ela que você vai desnudar a alma dessa pessoa.

Na literatura universal esta relação entre poder e natureza humana é recorrente. Pensemos, a modo de exemplo, na obra de Shakespeare. Ou, para dar um exemplo mais recente, no romance do linguista inglês J. R. R. Tolkien, *O Senhor dos Anéis*, que incluso transformou-se num filme recorde de bilheteria, não faz tanto tempo assim.

Mas, de que trata a trilogia do Senhor dos Anéis? Trata justamente do poder e de como o poder corrompe. O que representa no fundo o anel? Esse anel que tem que ser destruído de qualquer forma? É o poder, o poder absoluto. E nessa viagem para a destruição do poder absoluto que é o anel, que é encarnação do mal, é escolhido um Hobbit, não um ser humano. Porque não existe humano, príncipe, por mais corajoso, por mais honesto, por mais bondoso que ele seja, que tenha a capacidade de carregar o peso do poder absoluto. Ele imediatamente, instantaneamente, será corrompido. Então quem carrega o anel para sua destruição é um ser especial, parecido com uma criança, travesso, ingênuo, extremamente bondoso, um Hobbit. Só esse ser pode ter a responsabilidade de cagar o anel, o poder absoluto.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Lembremos da figura de Sméagol, posteriormente conhecido como Gollum (pelo fato de fazer barulhos horríveis com a garganta depois de engolir), na obra de Tolkien. Esse personagem é uma figura totalmente rasgada na sua pisque. Todo tempo ele

É justamente este tema fundamental que Heródoto traz já no século V a.C. A afirmação de que nós temos que escolher uma forma de governo que permita aos homens lidar com o poder, porque se entregarmos todo poder a um homem só, inevitavelmente, ele será corrompido por esse mesmo poder. Em síntese, essa é a crítica de Otanes à monarquia.

Mas, quais são os argumentos utilizados por Otanes para defender a democracia? Vamos transcrever o texto de Heródoto:

Não se dá o mesmo com o governo democrático, que chamamos isonomia, que soa como o mais belo de todos os nomes. Neste, não é permitido nenhum dos abusos inerentes ao Estado monárquico. O magistrado é eleito por sorte, e torna-se responsável pelos seus atos administrativos, sendo todas as deliberações tomadas em comum. Sou, por conseguinte, pela abolição do governo monárquico e pela instauração do governo democrático, pois todo poder emana do povo. (HERÓDOTO, 2006, 266-267).

Heródoto chama a democracia, o governo do povo, de *isonomia*. Palavra grega cujo significado é *igualdade*. Na democracia não existe nada que se pareça ao comportamento do Monarca. Assim, a defesa da democracia está intimamente ligada a crítica que Otanes faz da monarquia. Qual é a crítica à monarquia? O fato de entregar

todo o poder a um único homem é a pior forma de governo dado que o poder termina sempre corrompendo os homens. De tal forma que, contrário senso, a melhor forma de governo será aquela que minimize ou que permita controlar esta relação difícil entre poder e natureza humana. Quer dizer, aquela forma de governo que nos apresente de forma mais clara os mecanismos de controle do poder.

Quantos mecanismos de controle do poder apresenta Otanes? Três mecanismos. O primeiro diz respeito a que os cargos públicos sejam distribuídos pela sorte. Em outras palavras, o que está propondo Otanes é que a melhor forma de governo é aquela que tem como uma das suas características principais *mecanismos equânimes e isonômicos para a ocupação dos cargos públicos*.

Na atualidade, na nossa sociedade, os concursos públicos pretendem cumprir exatamente esta função. Um mecanismo, o mais igualitário possível, para aceder aos cargos públicos. O que pode chamar a atenção hoje é o uso do sorteio, da sorte, como procedimento para a escolha de aqueles que irão ocupar cargos públicos. Lembremos, porém, que na Atenas do século V a.C. este era de fato o procedimento regular para a escolha dos magistrados.

Nesse século moravam em Atenas, segundo cálculos aproximados, algo assim como dez mil habitantes. Sabe-se que não todos os habitantes de Atenas tinham direitos políticos. Assim, as mulheres não tinham direitos políticos, os escravos não tinham direitos políticos, nem os pobres não tinham direitos políticos. A democracia do século V a.C. é uma democracia restrita a apenas os homens da elite-ateniense. Então, a escolha dos cargos públicos acontecia através de um sorteio entre todos aqueles que tinham direitos políticos (os cidadãos). Pensemos bem, existe um

---

discute consigo mesmo. Mas não somente sua estrutura psíquica foi deformada pelo poder, mas também seu aspecto físico foi corrompido. Ninguém fica imune ao poder corruptor do poder.

mecanismo mais isonômico que o sorteio para a escolha de alguém? Não, porque ante o sorteio absolutamente todos tem as mesmas chances, as mesmas possibilidades, todos podem aceder aos cargos públicos. Lembrando sempre que estamos falando de uma *democracia restritiva*. Ainda hoje, na nossa estrutura legal e institucional existem cargos ou funções aos quais se acede via sorteio.<sup>6</sup> O fundamental a ser destacado neste ponto é que para que exista a democracia devem ser elaborados mecanismos isonômicos para o acesso aos cargos públicos e nós sabemos disso desde o século de Péricles.

O segundo mecanismo fundamental da democracia é que *os magistrados precisam prestar contas do exercício do poder*. Os magistrados aqui são sinônimo daqueles que ocupam cargos públicos. Fundamental então a prestação de contas. Sem mecanismos de prestação de contas a democracia fica capenga. Trata-se, claro, no somente da existência desses mecanismos de prestação de contas, mas de uma prestação de contas efetiva e eficaz.

O terceiro mecanismo é expresso na frase de que *todas as decisões estão sujeitas ao voto popular*. O voto da cidadania como mecanismo legítimo para tomada de decisões dentro da sociedade. Mas, de que tipo de democracia Heródoto está falando? Do único tipo de democracia que ele conhece: a denominada “democracia direta”. Na contemporaneidade a democracia recebe outro nome: “democracia representativa”. Nela, o monopólio da representação está nas mãos dos partidos políticos, cujos representantes são os políticos profissionais, que recebem um salário para realizar essa função.

Um dos temas mais recorrentes nas ciências sociais hoje é, justamente, a crise da democracia representativa. O tema é extremamente complexo, mas podemos dizer inicialmente que num mundo em que as pessoas cada vez tem mais voz, num mundo em que qualquer um pode dizer qualquer coisa para quantos ele quiser em qualquer canto do mundo, justamente nesse mundo, a opinião das pessoas em relação aquilo que é fundamental, isto é, o rumo que a sociedade toma em relação a sua organização e objetivos, só pode ser ouvida a cada quatro anos, quando somos convocados para entrar numa cabine, apertar um botão onde nós ficamos menos de um minuto e escolhemos alguém que, supõe-se, irá falar por nós. Esse é o representante. Então, hoje a grande discussão diz respeito até que ponto esse modelo apresenta sinais de esgotamento, até que ponto se faz necessário, para oxigenar a democracia, avançar em diversos mecanismo de participação cidadã de democracia direta. É esta democracia a qual Heródoto está se referindo. Somente para colocar mais um elemento nesta discussão cabe lembrar a opinião de um dos pais da Revolução Francesa (1789), que foi o tiro de graça no modelo absolutista do Estado. Para o filósofo genebrino J.J. Rousseau toda representação é uma usurpação. Como podemos ver, trata-se de uma discussão extremamente difícil, extremamente complexa, mas, ao mesmo tempo, fundamental nos dias de hoje. (Olivieri e Castro, 2021a)

Em síntese, voltando ao texto de Heródoto, por que a democracia, segundo Otanes, é a melhor forma de governo? É a melhor forma de governo porque

---

<sup>6</sup> Lembremos os procedimentos para ocupar algumas funções dentro do judiciário ou a escolha das pessoas que participam do júri popular. Claro que, devido ao crescimento e à complexidade da sociedade atual o sorteio ficou pouco operacional.



justamente a democracia nos permite, nos traz, nos apresenta estes mecanismos de controle do poder. Lembremos que, segundo Otanes, todo poder corrompe. Então, para a existência duma excelente forma de governo serão necessários mecanismos de controle do poder.

Finalmente, Otanes termina dizendo que o grande número faz com que tudo seja possível. Muitas vezes se acusa a Democracia pela sua falta de eficácia, precisamente pela existência destes mecanismos de controle. Inteligentemente Otanes afirma que a democracia é a forma de governo mais eficaz de todas porque as decisões têm o respaldo da grande maioria. A maioria torna a democracia eficaz.

#### **4. Os argumentos de Megabises sobre as formas de governo**

Avançando no texto, Megabises faz a defesa da Aristocracia, mas também uma dura crítica da democracia. Megabises diz que ele faz suas as palavras de Otanes em relação à crítica da monarquia. Compartilha a crítica da monarquia, mas não por isso deixa de criticar a democracia. Vamos ler então o que Megabises diz contra a democracia.

Penso, como Otanes, que é preciso acabar com a monarquia e aprovo tudo o que ele acaba de expor; mas quando ele nos exorta a colocarmos o poder supremo nas mãos do povo, afasta-se do bom caminho. Nada mais insensato e insolente do que uma multidão inconsequente. Procurando evitar-se a insolência de um tirano, cai-se sob a tirania do povo sem freios. Haverá coisa mais insuportável? Quando o soberano toma uma medida, sabe bem por que a toma; o povo, ao contrário, não usa a inteligência nem a razão. E que de outro modo poderia ser, se jamais recebeu instrução e não sabe o que é belo nem o que é mais conveniente? Lança-se num negócio às cegas, sem julgá-lo, qual uma torrente que tudo arrasta. Possam os inimigos dos Persas adotar a democracia! Quanto a nós, escolhamos homens virtuosos e coloquemos o poder em suas mãos. Acho que podemos incluir-nos nesse número, e, de acordo com a lógica, os homens sensatos e esclarecidos só podem dar excelentes conselhos (HERÓDOTO, 2006, 267).

Megabises afirma que atribuir o governo ao povo é pouco sábio. Observe-se que o povo passa imediatamente a ser denominado de multidão, massa, e esta massa é inepta, obtusa e prepotente. O obtuso é aquele que não vê um palmo na sua frente. Assim, de nenhuma forma se deve tolerar que para escapar da prepotência de um tirano se caia sobre a prepotência do povo. Além disso, a massa é aloprada, faz as coisas sem pensar. Tudo o que faz o tirano o faz conscientemente, mas o povo não tem a possibilidade de saber o que faz. É inconsciente. E Megabises se pergunta como o povo poderia saber o que faz se nunca aprendeu nada de bom ou útil? Conclusão, o povo é incapaz de educação.

Então vamos recapitular. A democracia é o governo do povo, mas Megabises faz um alerta neste sentido. Uma vez que o povo é uma massa inepta, prepotente, desatinada e incapaz de se educar, nada de bom poderá sair disso. Então, qual é no fundo a argumentação final de Megabises? Ele está dizendo o seguinte: a democracia tem um gravíssimo problema. Sabe por quê? Porque o povo é burro. Conceito simples: o povo é burro. Se o povo é ignorante, como vamos entregar o poder de tomar as decisões de toda a sociedade aos burros?

Sobre o dito anteriormente gostaríamos de fazer um comentário. Se nós perguntássemos para vocês caros leitores, quem de vocês não pensou ou falou

alguma vez a seguinte frase: “Pelo amor de Deus! Esse povo é burro demais, não sabe nem votar”. Olha, quando foi eleito Presidente Jair Bolsonaro todos do outro lado do espectro político, os petistas por exemplo, seguramente bateram a mão na testa e pensaram, mas que povo mais burro, como podem escolher Bolsonaro? Porém, quando foi eleita a presidente petista Dilma Rousseff seguramente todos aqueles que hoje estão apoiando o Bolsonaro falaram: mas que povo burro, olha o quem eles escolhem! Sempre o povo termina sendo burro. Um último comentário sobre a perspectiva aristocrática. Estamo-nos referindo a uma eleição de governador no Distrito Federal ocorrida faz algumas décadas.

Em outubro de 1998, disputaram a referida eleição Joaquim Roriz (PMDB) e Cristovam Buarque (PT) A campanha de Roriz pautou-se principalmente nas promessas de retomar o programa de doação de lotes urbanos, iniciado na sua gestão anterior, e de garantir aumento salarial de 28,86% para os servidores públicos distritais. Perdeu por pequena margem de votos no primeiro turno para o governador Buarque, candidato à reeleição, mas venceu no segundo turno, obtendo 51,74% dos votos. Foi empossado em janeiro de 1999.

Estes dois políticos apresentavam perfis totalmente opostos. Por um lado, Cristovão Buarque, é formado em engenharia pela Universidade Federal de Pernambuco em 1966. Após o golpe militar de 1964, seguiu para um autoexílio na França, onde obteve o doutorado em Economia pela Universidade Panthéon-Sorbonne (Paris), em 1973. Trabalhou no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) entre 1973 e 1979, tendo ocupado postos no Equador, em Honduras e nos Estados Unidos. Mudou-se para Brasília em março de 1979, e desde então é professor da Universidade de Brasília (UnB). Em novembro de 2012 recebeu o título de Professor emérito da UnB. Foi reitor da Universidade de Brasília (tendo sido o primeiro por eleição direta, após a ditadura militar), governador do Distrito Federal, ministro da Educação e foi eleito senador em 2002 com 674 086 votos (30% dos válidos). Foi reeleito para o Senado em 2010, com 833 480 votos, (37,7% dos votos válidos). Em 18 de Agosto de 1997, como governador, foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique de Portugal. No ano seguinte, foi admitido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso à Ordem do Mérito Militar no grau de Grande-Oficial especial.

Foi consultor de diversos organismos nacionais e internacionais no âmbito da ONU. Presidiu o Conselho da Universidade para a Paz da ONU e participou da Comissão Presidencial para a Alimentação, dirigida por sociólogo Herbert de Souza. É membro do Instituto da Unesco de Aprendizagem ao Longo da Vida. Atualmente também é Membro do Conselho Consultivo do Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD), Vice-Presidente do Conselho da Universidade das Nações Unidas (UNU), Membro da Academia Real de Ciências Letras e Belas Artes da Bélgica e Membro-Conselheiro do Clube de Roma. Uma grande capacidade de oratória e poder de comunicação. Cristovam publicou trinta e três livros sobre Economia, História, Sociologia e Educação.

Por outro lado, Joaquim Domingos Roriz foi um político tradicional brasileiro, governador do Distrito Federal por quatro mandatos, ministro da Agricultura e Reforma Agrária nas duas primeiras semanas do governo Fernando Collor e senador, cargo ao qual renunciou em 4 de julho de 2007, após sofrer acusações de corrupção. Foi eleito vereador de sua cidade natal nos anos 70. Em

1978 ganhou as eleições para deputado estadual por Goiás. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) em Luziânia, no ano de 1980.

Já no PMDB foi eleito deputado federal em 1982. Em 1986 venceu a eleição para o cargo de vice-governador de Goiás, na chapa do governador Henrique Santillo. Em 1987, teve breve passagem pela prefeitura de Goiânia, na qualidade de interventor. Em 1988, o então Presidente da República, José Sarney, o nomeou governador do Distrito Federal, na época em que essa unidade da federação ainda não elegia o próprio governador. Entre 15 de março e 29 de março de 1990, foi ministro da Agricultura e Reforma Agrária no governo Collor, renunciando ao cargo para disputar o governo do Distrito Federal. Em outubro de 1990, foi eleito em primeiro turno pelo extinto Partido Trabalhista Renovador (PTR), após anos filiado ao MDB/PMDB. Em 1 de janeiro de 1991 (data prevista pela Constituição Federal de 1988), o Distrito Federal ganhou autonomia política, tal como as demais unidades federativas do país e, nesse mesmo dia, tomaram posse Joaquim Roriz e sua vice, Márcia Kubitschek. Em 1994, o candidato a governador apoiado por Roriz, Valmir Campelo, perdeu as eleições.

Com isso, Roriz entregou o governo a Cristovam Buarque, então no PT. Roriz é responsável por muitas obras na capital e pela fundação de várias das cidades-satélites. É tido por seus aliados como um grande "tocador de obras", como a Ponte JK, vários viadutos e o Metrô do Distrito Federal. Seus adversários, a classe média brasiliense e a opinião pública o acusam de ter depauperado e favelizado o Distrito Federal, com a distribuição em massa de lotes semi-urbanizados em cidades-satélite, incentivando a forte migração de pessoas de baixa renda sem o provimento devido de emprego e condições mínimas de subsistência, aumentando em mais de um milhão de habitantes a população do Distrito Federal, de estimular e se beneficiar da grilagem de terras e de superfaturar obras públicas em favor de construtoras e empreiteiras de seus aliados políticos.

Nas eleições de 1998, disputou contra Cristovam Buarque e foi eleito no segundo turno governador pelo PMDB, ao lado de Benedito Domingos (do antigo PPB, atual PP), como vice-governador, em uma eleição ganha por pequena vantagem de votos (51,26% a 48,74%). Em 2002 Roriz foi reeleito, derrotando no segundo turno Geraldo Magela, do PT. Roriz venceu mais uma vez, em disputa apertada, e assumiu seu quarto mandato como governador do Distrito Federal, sendo o único governador do DF a conseguir se reeleger desde que a reeleição foi instituída em 1998. Em 4 de agosto de 2015, Roriz recebeu o título de cidadão honorário de Brasília. Roriz era conhecido, mais por ser um "tocador de obras" e por denúncias de corrupção do que pela sua oratória ou formação cultural. Morreu em 27 de setembro de 2018, vítima um choque séptico decorrente de complicações da infecção pulmonar.

A votação em segundo turno em tela foi, em um primeiro momento, bastante favorável para Cristóvão Buarque. Durou, porém, pouco porque nesse tempo não tinha urna eletrônica, os votos eram impressos. À medida que a contagem dos votos foi passando do centro de Brasília para a periferia, Joaquim Roriz foi aproximando-se do candidato Buarque. Apesar de que todas as pesquisas de opinião davam ele como ganhador, ninguém tinha muita dúvida de que Cristóvão Buarque iria ganhar. Mas por volta das oito horas da noite estava definida a vitória do Joaquim Roriz e a derrota do Cristóvão Buarque. Qual o ponto que queremos destacar aqui?. Os militantes petistas

ficaram desolados e escutam os inúmeros reclamos do povo: esse povo burro não sabe votar! Olha o corrupto que escolheram! Mas como assim, os militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), o partido que diz defender o povo, estão xingando o povo? Alguma coisa não encaixa nesse raciocínio.

Quem era o eleitor típico do Roriz na época? Era um homem, migrante nordestino, fugindo da seca do sertão, sem nada para oferecer para seus filhos e família. Ele chega em Brasília e Joaquim Roriz dá um pequeno terreno para ele construir sua casa, o material para construir. Ainda mais, Roriz entrega leite e pão para seu futuro eleitor oferecer para seus filhos. O Governador Roriz faz mais, constrói uma escola para essas crianças estudarem.

Já Buarque pregoava parar com a migração de nordestinos e frear a ocupação de terras desordenada. Então, vamos perguntar seriamente. Vamos colocar nome a esse retirante nordestino. Vamos chamar de João. Pense, qual é a razão pela qual o João iria votar em Cristóvão Buarque? Por uma questão ideológica? O João foi burro em votar no Roriz? Não. O João não é burro, ele é miserável. Duas coisas bem diferentes.

O discurso aristocrático sempre termina afirmando que o povo é burro, o povo é incompetente, o povo é preguiçoso, o povo é desonesto, o povo não tem juízo. Mas veja bem, se o nosso problema é o povo, então a sociedade não tem solução. Muito bem, esta é nossa reflexão sobre a crítica à democracia que Megabises faz.

Veremos agora a defesa que o Megabises faz da aristocracia. Quais são os argumentos utilizados por Megabises para defender a aristocracia? Vejamos o que ele diz:

Possam os inimigos dos Persas adotar a democracia! Quanto a nós, escolhamos homens virtuosos e coloquemos o poder em suas mãos. Acho que podemos incluir-nos nesse número, e, de acordo com a lógica, os homens sensatos e esclarecidos só podem dar excelentes conselhos. (HERÓDOTO, 2006, 267)

Gostaríamos de destacar esta afirmação de Megabises de que as melhores decisões são tomadas por aqueles que são melhores. Parece muito lógico. É um argumento extremamente forte. Vamos escolher os melhores para que tomem as melhores decisões, e isto repercutirá para o benefício de toda a sociedade. Então, qual é o problema desta argumentação? A resposta é clara: *quem* determina quem são os melhores? Qual é o *critério* utilizado para determinar quem são os melhores? A capacidade intelectual? A bondade? A justiça? Qual o critério? Indubitavelmente *não existem critérios objetivos para definir quem é melhor*. Assim, desta forma, o discurso aristocrático sempre coloca entre os melhores aqueles que sustentam esta afirmação. Diz Megabises: “e nós estaríamos entre eles”.

Quando se analisa a filosofia política de Platão, vemos que ele tem exatamente este mesmo discurso aristocrático. Platão entende que a melhor forma de governo tanto pode ser a monarquia quanto a aristocracia. O que interessa é que o monarca ou o conselho de aristocratas que governa sejam os melhores. Para Platão, quem são os melhores? Aqueles que dedicam sua vida para a atividade mais nobre para a qual um homem se possa dedicar, isto é, à procura da verdade, à filosofia. E qual é a atividade que Platão pratica? A filosofia. É desta forma que se estrutura um discurso aristocrático.

## 5. Os argumentos de Dário sobre as formas de governo

Dário, antes de argumentar em defesa da Monarquia, fará uma crítica à aristocracia e, posteriormente, uma crítica à democracia. Vejamos a fala de Dário.

O mesmo não acontece com a oligarquia. Sendo o governo composto de vários indivíduos aplicados ao serviço do bem público, surgem frequentemente entre eles inimizades particulares e violentas. Cada um quer ser o mais poderoso e fazer prevalecer sua opinião; daí os ódios recíprocos, as sedições; e destas ao morticínio, e, finalmente, à monarquia. Aí está porque o governo de um só é preferível ao de muitos. (HERÓDOTO, 2006, 268).

Em primeiro lugar, observemos que Heródoto utiliza o conceito de “oligarquia” e não de “aristocracia”. Heródoto utiliza indistintamente o conceito de aristocracia e de oligarquia. Efetivamente estes conceitos não são sinônimos. Mais na frente iremos ver com detalhe o significado claro de cada um dos conceitos que designam as formas de governo. Ainda estamos nos primórdios da “reflexão política” e muitos conceitos estão em construção. Lembremos que estamos no século V a.C. e neste século a nomenclatura das formas de governo ainda não está definida.<sup>7</sup>

Segundo Dário, o que acontece na Aristocracia? Na Aristocracia nós temos um conselho de pares que governa. Em princípio, ninguém manda mais do que o outro: todos tem o mesmo poder. Mas, o que ocorre de fato nos alerta que Heródoto é que *todos* querem ter *todo* o poder. Isto parece ser da natureza humana. Portanto, o que irá acontecer necessariamente? Mais cedo ou mais tarde vão se criar grupos ou, como o Dário diz, *facções*, que irão lutar pelo poder. Essa luta pelo poder levará à anarquia e, portanto, ao caos. Desta forma, será necessário designar um homem que terá o poder suficiente para colocar a casa em ordem, ordenar a sociedade, acabar com a anarquia e acabar com a violência. E este homem é o Monarca. A crítica de Dário à aristocracia é astuta. Nos alerta que a aristocracia sempre termina numa monarquia porque chegará o homem (um único homem) que irá ordenar a sociedade e esse homem é um Monarca.

A crítica à democracia segue a mesma lógica, mas, claro, com algumas questões específicas a esta forma de governo. Retornemos para o texto.

Por outro lado, quando o povo manda, é impossível não se implantar a desordem no Estado. A corrupção, uma vez estabelecida, não produz ódios entre os maus; ao contrário, une-os por laços de estreita amizade. Os que desmoralizam o Estado agem de combinação e se sustentam mutuamente; continuam a fazer o mal até erguer-se um defensor do povo para reprimi-los. Este que a eles se opõe torna-se, então, admirado, e essa admiração faz dele um monarca — o que prova ainda que a monarquia é a melhor forma de governo. (HERÓDOTO, 2006, 268).

---

<sup>7</sup> Vemos ainda certa confusão de conceitos tanto em Platão como, posteriormente, em Aristóteles. Na *Política* de Aristóteles, muitas vezes no texto, o conceito de “democracia” aparece tanto em um sentido negativo quanto em um sentido positivo. Somente com Políbio, no século II a.C., a terminologia sobre as formas de governo ficará pacificada

Seguramente esta é a parte do texto mais instigante. No fundo está sendo dito que quando é o povo quem governa é impossível não haver corrupção na feira dos negócios públicos. Vamos destacar esta ideia. Parece ser inerente à democracia a corrupção, natural ao governo democrático, na opinião de Dário. Por quê? Bem, a corrupção, diferentemente do que ocorre no governo aristocrático, não provoca conflitos, mas sólidas alianças entre os corruptos, entre aqueles que se apropriam dos bens de todos. Os que atentam contra o bem comum o fazem conspirando entre si. Aqui existe o movimento contrário daquilo que acontece na aristocracia. O conflito das facções na aristocracia é substituído por alianças espúrias têm como objetivo se apropriar do bem comum, daquilo que é de todos. Hoje poderíamos dar nome a essas pessoas que criam essas redes de corrupção: funcionários públicos, de todos os níveis, empresários, políticos profissionais, agentes financeiros etc.

Dário continua dizendo que esta situação somente terá fim até alguém assumir a defesa do povo e pôr fim a estas tramas que levam a corrupção, e por este motivo chegar a ser admirado pelo povo. Essa figura é a do Monarca. Assim, como ocorre na aristocracia, também o governo democrático termina em monarquia, dado a necessidade de um governante firme que venha a dar fim à degeneração da sociedade produzida pela corrupção.

Não tem como não encontrar similitudes com o discurso da campanha presidencial do Presidente Bolsonaro em 2018. É um discurso político que nos remonta ao século V a.C. Então, podemos constatar que este discurso tem força, que tem poder. Mas também é interessante destacar que sabemos desde essa época que a democracia tem um grave problema que se chama corrupção. E é por isso mesmo que também sabemos que não existe democracia sem mecanismos de controle do poder, que incluem procedimentos isonômicos para ascender aos cargos públicos, mecanismos eficazes de prestação de contas e, por último, procedimentos que permitam que as tomadas de decisões sejam tomadas pela maior quantidade dos membros da sociedade.

Resumindo, qual é a defesa da monarquia que Dário faz. Vamos pegar dois momentos. Uma primeira fala em que Dário se pergunta de onde nos veio a liberdade: do povo, da oligarquia ou do monarca? O monarca nos dá a liberdade. Por que ele afirma que é um monarca que dá liberdade? É a monarquia que acaba com os conflitos entre as facções na aristocracia e, também, é a monarquia que acaba com a corrupção na democracia. Então, é um monarca que outorga a liberdade à sociedade. Ainda afirma Dário, que entre as três formas de governo todas elas consideradas no seu estado perfeito, isto é, entre a melhor democracia, a melhor oligarquia e a melhor monarquia, a monarquia é superior a todas. É muito astuto Dário ao colocar o debate num nível ideal, porque neste nível ideal o Monarca é o melhor dos homens e, assim, governaria de forma irrepreensível. Importante lembrar que, historicamente, a discussão é ganha por Dário, o grande rei que, depois deste vácuo de poder, levará o Império Persa a um grande apogeu.

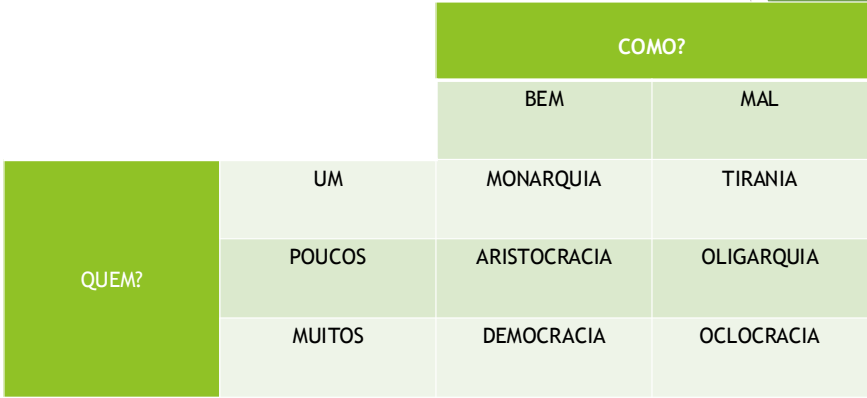
Como falamos anteriormente, este texto surpreende. Toda vez que enfrentamos esta pequena passagem surge uma sensação de surpresa. Como um texto escrito vinte e seis séculos atrás podem ter tanta atualidade? Quando analisamos a crítica à democracia feita por Dário, por exemplo, imediatamente pensamos na situação das democracias contemporâneas. O texto nos parece tão atual porque no fundo ele trata de questões relativas à natureza humana. A questão

central de todo o texto é o poder. Não temos dúvidas sobre os avanços em ciência, tecnologia, acesso aos bens, a saúde etc. durante estes vinte e seis séculos. Mas estas questões relativas ao poder continuam se apresentando de forma semelhante. (Olivieri e Castro, 2021b).

## 6. A classificação das formas de governo na filosofia política clássica

Este é um dos primeiros textos que trata sobre a classificação das formas de governo. No século II a.C. Políbio elaborará uma classificação que ficará vigente por séculos. Quando fazemos uma classificação sempre iremos utilizar algum tipo de critério. Se nós formos classificar nossa biblioteca poderíamos classificar os livros por autor, por tamanho, por assunto, cronologicamente etc. Podemos ter infinitos critérios de classificação, mas uma classificação sempre precisa do critério de classificação. Qual é o critério que encontramos na classificação tradicional das formas de governo? Em primeiro lugar, um critério que podemos chamar de *quantitativo*. É o critério que responde à pergunta de quem governa? Podemos ter três possíveis respostas a essa pergunta: ou governa um, ou governam poucos, ou governam muitos. Em segundo lugar, um critério *qualitativo*. Este critério responde à pergunta de como se governa? E se pode-se governar bem ou governar mal. Do cruzamento desses dois critérios, quantitativo e qualitativo, surgem seis formas de governo. Sendo três formas de governo boas e três formas de governo más.

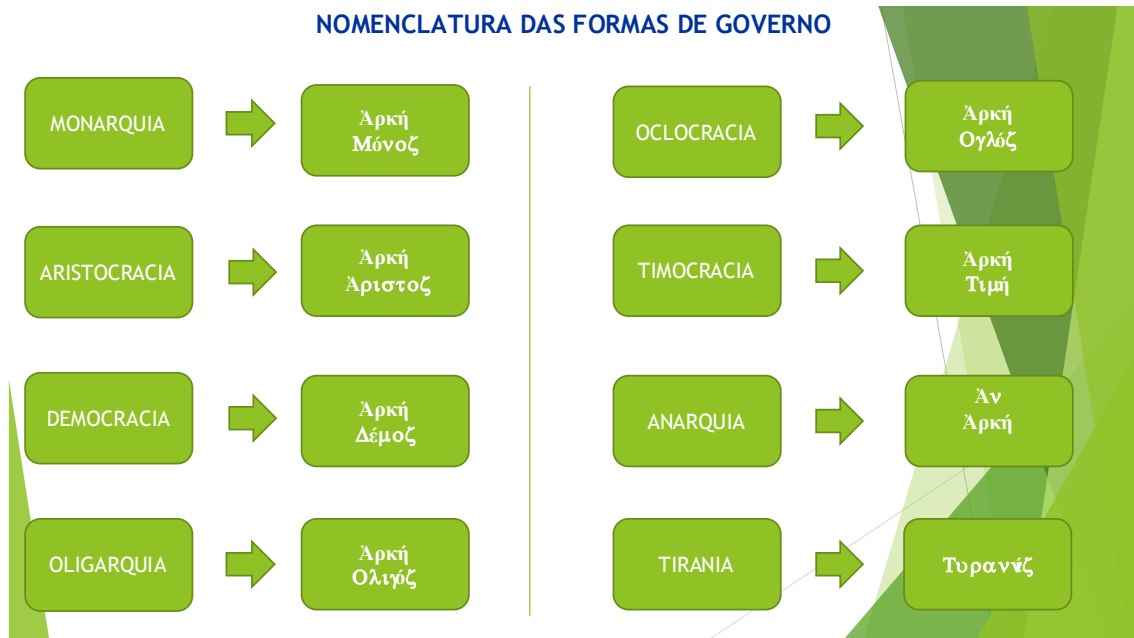
CLASSIFICAÇÃO DAS FORMAS DE GOVERNO



		COMO?	
		BEM	MAL
QUEM?	UM	MONARQUIA	TIRANIA
	POUCOS	ARISTOCRACIA	OLIGARQUIA
	MUITOS	DEMOCRACIA	OCLOCRAZIA

Estas formas estão ligadas umas às outras. A Tirania é a forma corrupta da Monarquia, a Oligarquia é a forma corrupta da Aristocracia e a Oclocracia, no entendimento de Políbio, é a forma corrupta da Democracia. Sendo que Monarquia e Tirania são formas em que um homem só governa. Aristocracia e Oligarquia são governos em que somente poucos governam. E Democracia e Oclocracia são governos em que os muitos governam.

Para finalizar, gostaríamos de lembrar a origem *etimológica* da nomenclatura das formas de governo.



Vamos começar com a Monarquia, que é uma palavra, como todas as outras, de origem grega. “Monarquia” é uma palavra grega composta de outras duas palavras gregas: por um lado, a palavra **Ἀρκή**, uma palavra bem interessante do grego antigo, dado que vai mudando através dos séculos. Na verdade, todos esses termos terminam mudando o seu significado através do tempo. Não sempre as palavras significam a mesma coisa ou surgem termos novos com novos significados.

Na sua origem mais remota esta palavra significa princípio. Quando estudamos a mitologia grega, **Ἀρκή** é o princípio ordenador do mundo, lembrando que os gregos entendem que o mundo é eterno, isto é, sempre existiu e sempre irá existir. Nesse mundo, que é anterior a todo, natureza, deuses, semideuses e homens convivem. Este princípio ordenador do caos, o **Ἀρκή**, terminou significando *governo* ou *autoridade*. Por quê? Porque *governar* não é outra coisa a não ser *ordenar*, quer dizer, governar é, no fundo, ordenar.

Por outro lado, a palavra **Μόνος** significa um. Então, *Monarquia*, etimologicamente, significa o governo de um homem só. O conceito “Aristocracia” tem a mesma estrutura etimológica. A palavra **Ἀρκή** e a palavra **Ἀριστος** que significa em grego “melhor”. Assim, *Aristocracia* significa o governo dos melhores. Em relação ao termo “Democracia” sabemos que **Δέμος** significa povo e **Ἀρκή** governo. Então, *Democracia* é o governo do povo.

A mesma situação com o conceito “Oligarquia”. Mais uma vez **Ἀρκή** significa governo e **Ολιγός** tem como significado poucos. Assim, Oligarquia é o governo dos poucos. Vejamos que é diferente da Aristocracia que é, como vimos, o governo dos melhores. Mas quem são os poucos na sociedade? Com o tempo Oligarquia termina designando o governo dos ricos. Por quê? Porque os ricos na sociedade são os poucos. E, nesta mesma lógica, a Democracia, como já vemos em Aristóteles, termina designando o governo dos pobres, dado que na sociedade a maioria são os pobres.

Oclocracia, seguramente a designação menos conhecida de uma forma de governo, é uma palavra composta do grego **Ογλός**, que tem como significado



multidão, massa. Diferente de povo, a multidão é uma massa informe, no sentido de não ter consciência. Então, *a Oclocracia é o governo da multidão, da massa*.

Timocracia vem do grego **Τιμή**, que, traduzido do grego, significa honra. Então *Timocracia é o governo da honra*. Sabemos que Platão identificará esta forma com o governo militar de Esparta.

“Anarquia” é também uma palavra grega que tem uma estrutura um pouco diferente. Este conceito é composto pela partícula negativa **ἄν**, que significa algo assim como inexistente, aquilo que não é real. Assim, a melhor forma de traduzir Anarquia é o não governo, a *não existência de governo*.

Por último, a palavra Tirania é o único conceito não composto. Os gregos não precisaram usar outras palavras para formar um novo conceito. Isto é, Tirania sempre significou o governo violento, injusto e arbitrário de um homem só.

## 7. Referências

BOBBIO, Norberto. **A Teoria das Formas de Governo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

HERÓDOTO. **História**. São Paulo, eBooksBrasil, 2006.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Círculo do Livro Ltda., 1997.

OLIVIERI, Alejandro, CASTRO, Gustavo. “A sociedade digital de extração de dados na pandemia e seus impactos nas políticas públicas de saúde”. **Revista de Direito Sanitário da Comissão de Saúde: Saúde e Ministério Público. Desafios e perspectivas**, N 2. Conselho Nacional do Ministério Público, Brasília, CNMP, 2021a.

OLIVIERI, Alejandro, CASTRO, Gustavo. “A sociedade digital de extração de dados na pandemia e os desafios para a democracia”. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**. v.3. n.6 p. 19-40. Brasília, 2021b.